



Emenda constitucional elevaria a alíquota máxima do Imposto de Renda de 25% para 26,25%

Governo propõe aumentar impostos em 5%

BRASÍLIA — Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento anunciaram ontem um rigoroso programa de ajuste das contas públicas, que inclui um aumento de 5% de todos os impostos e contribuições federais, para zerar o déficit de US\$ 22 bilhões do Orçamento de 1994. A alíquota máxima do Imposto de Renda das pessoas físicas, por exemplo, passará de 25% para 26,25%. Subirão também IOF, IPI e demais tributos.

A proposta de revisão do Orçamento de 94, que será enviada ao Congresso na próxima semana, é um dos elementos básicos do plano de estabilização da economia que, aos poucos, está sendo anunciado pelo ministro Fernando Henrique Cardoso, e que tem por objetivo final a desindexação e a criação de uma moeda estável. O aumento dos impostos, a ser criado por emenda constitucional, vai vigorar apenas por dois anos. A arrecadação prevista com a medida é de US\$ 3 bilhões.

O Governo também vai criar uma Reserva Social de Emergência, retendo 15% de todos os recursos arrecadados pela União, inclusive dos fundos de participação dos estados e municípios, durante dois anos. Esse fundo será usado exclusivamente para financiar despesas na área social (saúde, educação e programa de combate à fome), de acordo com destinação negociada com o Congresso.

— Nunca houve um esforço tão grande, nem uma decisão tão forte de zerar o déficit público — disse o ministro.

Ele informou que o ajuste fiscal será feito através de quatro instrumentos legais: o



Edvaldo Ferreira

Fernando Henrique: 'Nunca houve um esforço tão grande para zerar o déficit'

novo Orçamento; a nova lei de execução orçamentária; mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); e uma emenda constitucional. Segundo Fernando Henrique, até a aprovação destas medidas, o Governo só vai gastar mensalmente 1/12 avos da receita, estimada em US\$ 86,8 bilhões para o ano que vem.

— Sem essas medidas, é impossível equilibrar as contas — afirmou o ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann. Ele anunciou que o equilíbrio do Orçamento implica ainda uma reforma administrativa. Para isso será criada uma Agência de Des-

centralização, com o objetivo de reduzir o número de ministérios.

Fernando Henrique disse que o ajuste fiscal é condição necessária ao programa de estabilização da economia, que vai instituir uma moeda conversível em futuro próximo. Ele vai anunciar as medidas de combate à inflação na próxima semana, quando retornar de viagem a Toronto, Canadá, onde assina protocolos do acordo da dívida externa. O ministro garantiu que não haverá quebra de contratos.

— Tudo será feito em clima de democracia. Isso tem um preço: leva mais tempo.

As principais medidas do ajuste fiscal

- 1 Propõe aumento de 5% das alíquotas de todos os impostos e contribuições federais, para aumentar em US\$ 3 bilhões a arrecadação em 94;
- 2 Propõe a retenção, por dois anos, de 15% de toda a receita arrecadada pela União, inclusive as transferências constitucionais para estados e municípios, para compor a Reserva Social de Emergência, de US\$ 15 bilhões;
- 3 Prevê a eliminação do déficit orçamentário de 94, estimado em US\$ 22 bilhões, através do aumento de receita e corte de despesas da União;
- 4 Restringe a emissão de títulos públicos ao financiamento exclusivo da rolagem da dívida da União, através de uma nova proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso;
- 5 Proíbe a criação de novos gastos em 94, através da LDO;
- 6 Proíbe a participação do Governo federal em investimentos estaduais e municipais, através da LDO;
- 7 Estabelece que, até a aprovação do ajuste fiscal, o Governo só poderá gastar mensalmente 1/12 da receita estimada no Orçamento;
- 8 Anuncia a criação da Agência de Descentralização, encarregada de coordenar a reforma administrativa;
- 9 Anuncia a intenção de gerar superávit primário (descontadas as despesas e receitas financeiras do setor público) em 94;
- 10 Anuncia a criação de uma moeda conversível em futuro próximo, como instrumento de estabilização da economia e combate à inflação;
- 11 Acaba com as transferências de recursos voluntários da União para os estados e municípios.

Editoria de Arte